

Hugo C. Cardoso

## 3 O português em contacto na Ásia e no Pacífico

**Abstract:** A partir do século XVI, a língua portuguesa teve grande difusão um pouco por toda a Ásia e o Pacífico, sobretudo em consequência de dinâmicas de expansão colonial mas também por outras vias, tais como a imigração. Este capítulo apresenta e ilustra a diversidade de contextos de contacto linguístico que este facto motivou, bem como os seus principais resultados: os empréstimos mútuos (sobretudo lexicais) entre o português e as línguas da região; a influência duradoura do português nas línguas de contacto posteriormente estabelecidas em contexto colonial; e o desenvolvimento de variedades asiáticas do português, muitas vezes em paralelo e articulação com o de línguas crioulas de base portuguesa, dando relevo às que subsistem, ao panorama atual dos estudos científicos sobre estas variedades e aos domínios de investigação em aberto.

**Keywords:** novas variedades de português, contacto linguístico, línguas crioulas, Ásia, expansão linguística

### 1 Introdução

A língua portuguesa tem um envolvimento longo e diversificado com várias partes do continente asiático e do Pacífico. As situações de contacto linguístico que aí se estabeleceram, aliadas a contextos socio-históricos bastante díspares, resultaram num conjunto complexo de variedades linguísticas (L1, L2, pidgins, crioulas), muitas vezes coincidentes no espaço e no tempo. Este capítulo não pode dar conta de toda esta complexidade em pormenor, mas procura apresentar em traços gerais não apenas os contextos sociolinguísticos em que o português se implantou como também os principais resultados do contacto linguístico que aí estabeleceu; para complementar as questões aqui abordadas, recomenda-se a consulta de fontes como Lopes (1936); Barbosa (1969); Paiva Boléo (1974); Loureiro (1992); Thomaz (1990); Baxter (1996); e Tomás (2008).

A secção 2 é dedicada à cronologia da expansão do português pela Ásia e às dinâmicas sociolinguísticas que a suportaram. Na secção 3, aborda-se o impacto do português nas diversas línguas da Ásia, impacto esse que tem nos empréstimos lexicais a sua expressão mais evidente mas, nalguns casos, implicou também influ-

---

**Agradecimentos:** O autor expressa o seu agradecimento a Alan N. Baxter, a Susana Afonso e às editoras do volume pelo seu auxílio e comentários.

ência estrutural. Por fim, a secção 4 apresenta uma panorâmica da investigação acerca do papel do contacto linguístico no estabelecimento e desenvolvimento de quatro variedades asiáticas do português: o português pan-asiático, o da Índia (Goa, Damão e Diu), o de Macau e o de Timor.

## 2 A difusão da língua portuguesa pela Ásia

A difusão da língua portuguesa por diversas zonas da Ásia acompanhou a expansão ultramarina portuguesa nessa região. O ano de 1498, que viu a armada de Vasco da Gama aportar ao sudoeste indiano, pode por isso ser tomado também como o ano 0 desse processo de expansão linguística. Os primeiros estabelecimentos portugueses na Ásia com caráter de permanência foram estabelecidos pouco depois, precisamente na região onde se deu o contacto inicial: a antiga Costa do Malabar, correspondente ao atual estado indiano de Kerala. Em 1505, o Malabar contava já com importantes feitorias portuguesas em Cochim, Cananor e Coulão, e foi a partir da região que, nesta fase, se coordenou a exploração e conquista de outras partes da Ásia. Esta circunstância confere à Costa do Malabar uma importância particular no envolvimento de Portugal com a Ásia e ao contacto entre o português e o malaiala, a língua dravídica aí dominante, um papel fundador no que viria a ser uma história de contacto linguístico vasta e diversificada.

Logo a partir do início do século XVI, a expansão da influência portuguesa em territórios asiáticos foi extremamente rápida. Em meio século, esta estendeu-se a largas porções do litoral sul-asiático (o subcontinente indiano, Ceilão e as regiões em torno da Baía de Bengala), ao Golfo Pérsico, ao sudeste asiático continental e insular (desde o Sião até Timor e as Molucas), ao sul da China e ao Japão. Contudo, esta expansão teve contornos bastante diversos em diferentes regiões da Ásia e ficou a dever-se a atividades também elas diversas. De entre as potenciais vias de difusão do idioma, o historiador Luís Filipe Thomaz (1990, 314) destaca a dominação política, o comércio e a missão, atividades centrais ao envolvimento português com a Ásia mas cujas geografias nem sempre coincidiram. Os primeiros estabelecimentos luso-asiáticos dividiam-se em oficiais e não-oficiais (Subrahmanyam 1993), sendo que os últimos (particularmente numerosos em torno do Golfo de Bengala e sudeste asiático) consistiam normalmente em comunidades de *lançados*, comerciantes por conta própria ou mercenários que desenvolviam as suas atividades fora do controlo da coroa portuguesa. A atividade dos missionários católicos afetos ao *Real Padroado Português*, essa, teve uma extensão muito superior à dos interesses comerciais portugueses, penetrando inclusivamente no interior do continente.

Seria um erro, contudo, imaginar que estas vias de difusão da língua envolveram sempre e apenas falantes nativos de português. Na realidade, é essencial compreender que, no seu período inicial, os empreendimentos coloniais portugueses na Ásia se fizeram com a participação de pessoas de várias proveniências, a começar por outros

europeus (espanhóis, italianos, franceses, flamengos, britânicos, etc.) que seguiam não apenas como missionários ou comerciantes mas até como oficiais (Ferreira 2000; Pissarra 2002). Foi ainda extremamente significativo o recurso a mão de obra asiática para vários fins, incluindo o de operar a máquina militar portuguesa, como se percebe pela descrição que o cronista João de Barros faz de uma armada constituída em 1530 para um ataque a Diu:

«Nesta Ilha de Bombaim se fez resenha geral da gente que hia na Armada, e acháram-se tres mil e quinhentos e sessenta e tantos homens de peleja, contando os Capitães, mil e quatrocentos e cincoenta & tantos homens do mar Portuguezes com os Pilotos, e Mestres, dous mil e tantos Malavares, e Canarijs de Goa, oito mil escravos, homens que podiam pelejar, quatro mil marinhheiros da terra que remavam, e mais de oitocentos mareantes dos juncos» (Barros 1615, livro 4, cap. XII).

Para além disso, houve ainda um número considerável de africanos transportados para os diversos estabelecimentos luso-asiáticos na condição de escravos (Pinto 1992; Jayasuriya/Pankhurst 2003; Cardoso 2010). Admitindo que a língua portuguesa teria funcionado como meio de comunicação entre uma população linguisticamente tão heterogênea, esta seria então uma L2 para boa parte dos agentes da expansão, um cenário em que cabe um contínuo de competências que vai desde as relativamente avançadas a versões pidginizadas do português.

Em resultado da dominação política, conversão religiosa e/ou processos de mestiçagem, desenvolveram-se no meio deste cadinho linguístico, logo desde o século XVI, comunidades que Baxter (1996, 300) descreve como de ««Portuguese» cultural orientation», para quem a língua portuguesa (ou variedades relacionadas, ver abaixo) se tornou língua de utilização diária. A partir deste momento, a difusão da língua pela Ásia beneficiou ainda de certos fenómenos de migração que envolveram estas comunidades (veja-se por exemplo Smith 2011). Assim se explica a presença da língua portuguesa em certas zonas onde o envolvimento português foi mínimo ou nulo, como Hong Kong (para onde convergiram muitos macaenses) ou Singapura (que conta com uma significativa população malaquenha). Um caso particularmente interessante é o da cidade de Batávia (atual Jakarta, capital da Indonésia), que serviu entre os sécs. XVII e XX como centro dos domínios coloniais neerlandeses no Oriente. Por várias razões, para aí convergiram, a partir do século XVI, pessoas de outras regiões asiáticas sob domínio neerlandês, incluindo muitas que anteriormente tinham recebido influência portuguesa, como sejam o sul da Índia, a ilha de Ceilão (atual Sri Lanka), Malaca e algumas ilhas do sudeste asiático. Em consequência, formou-se aí uma comunidade de fala «portuguesa», de acordo com descrições dos sécs. XVII a XIX (veja-se Lopes 1936), que se concentrou de forma particular na área de Tugu. No final do século XIX, foi ainda possível recolher um extenso corpus linguístico que veio a ser estudado e publicado pelo linguista alemão Hugo Schuchardt (Schuchardt 1891; veja-se Maurer 2011 para um estudo recente destas fontes).

Com efeito, a língua portuguesa enraizou-se na região asiática ao ponto de se converter em importante língua franca de comércio e diplomacia,<sup>1</sup> sobretudo para comunicação com e entre as demais potências europeias (britânicos, franceses, neerlandeses, dinamarqueses) que se começaram a estabelecer na Ásia a partir de finais do século XVI. Na obra *A Expansão da Língua Portuguesa no Oriente nos Séculos XVI, XVII e XVIII*, de 1936, o filólogo David Lopes faz uma recolha e tradução de referências ao uso da língua portuguesa em fontes estrangeiras que é bastante eloquente a este respeito. As referências que aí encontramos vão até ao século XIX e cobrem grande parte do litoral asiático, desde a Ásia Meridional até Timor e ilhas vizinhas. Contudo, os autores que registam este fenómeno tecem frequentemente comentários que nos levam a crer que, pelo menos em alguns casos, a língua que estava em causa era uma variedade reestruturada do português. A esse propósito, o capitão britânico Alexander Hamilton escrevia:

«[...] along the Sea-coasts, the *Portugueze* have left a Vestige of their Language, tho' much corrupted, yet it is the Language that most *Europeans* learn first, to qualify them for a general Converse with one another, as well as with the different Inhabitants of *India*» (Hamilton 1727).

Pouco mais tarde, o orientalista francês Anquetil-Duperron descrevia também a utilização do português com fins comerciais nos estabelecimentos franceses na Índia e acrescentava:

«Mais il s'en faut bien que ce soit le Portugais pur, appelé dans l'Inde le *Portugais Reinol*. Celui qui s'écrit en approche d'avantage, surtout à la Côte Malabare, où cette Nation a eu de nombreux Etablissements: le Portugais parlé n'est proprement qu'un jargon, consistant en 150 ou 200 mots, presque sans construction» (Anquetil-Duperron 1786, XI).

Descrições como esta apontam para a circulação de um pidgin de base portuguesa, e não necessariamente do português, como meio de comunicação intercomunitária (veja-se também Clements 2000). Para além disso, está bem documentada e estudada a formação de crioulos luso-asiáticos por todo o continente (e.g. Holm 1989; Tomás 1992; Cardoso/Baxter/Pinharanda Nunes 2012), de entre os quais subsistem hoje os de Diu, Damão, Korlai e Cananor (Índia), o de Sri Lanka, o de Malaca e o de Macau. Estas variedades de contacto são, portanto, incontornáveis numa descrição dos destinos da língua portuguesa na Ásia, desde logo porque as mais antigas referências raramente distinguem entre as várias categorias. Na verdade, ao atribuírmos certos fenómenos linguísticos antigos (por exemplo, os empréstimos lexicais a línguas asiáticas, ver

---

1 No século XVII, que assistiu ao estabelecimento de várias outras nações europeias na Ásia, a negociação política com as autoridades asiáticas foi muitas vezes feita com recurso ao português ou aproximações L2 deste. A título de exemplo, refira-se que foram redigidos nesta língua os tratados entre os dinamarqueses e o rei de Tanjor para estabelecimento de uma feitoria em Tranquebar, em 1620 (Lopes 1936, 36–38), e a correspondência entre os neerlandeses e Rajasinha II de Cândia (Ceilão), em meados do século (Lopes 1907).

secção 3) à influência do «português», é conveniente ressaltar que estas variedades de contacto poderão ter sido os verdadeiros veículos de difusão linguística.

Outra razão pela qual é importante trazer à discussão a questão da crioulação é a coexistência histórica do português com um crioulo luso-asiático em vários locais, com consequências linguísticas que referiremos mais adiante. É interessante notar que esta coexistência está documentada de forma explícita desde a primeira metade do século XVIII, altura em que Nikolaus Dal, missionário Luterano alemão a trabalhar no sul da Índia, descreve a situação linguística das comunidades «portuguesas» em termos de um contínuo ligando três níveis de português: «die rechte» ('o correto'), «die halbverdorbene» ('o semi-corrupto') e «gantz verdorbene» ('inteiramente corrupto') – o último dos quais com características que reconhecemos nos crioulos atuais (Dal 1733, 919; veja-se também Cardoso 2014).

Ficam assim expostas, em linhas muito gerais, as condições da difusão da língua portuguesa pela Ásia. Nas secções seguintes, olharemos para as consequências do contacto linguístico que a acompanhou.

### 3 O impacto do português em línguas da Ásia

A língua portuguesa teve um impacto sobre as línguas da Ásia, sobretudo aquelas faladas em zonas costeiras, cuja dimensão nem sempre é bem compreendida. A influência do português nota-se principalmente ao nível dos empréstimos lexicais, os quais, sendo em número variável nas várias línguas da Ásia, em algumas contam várias centenas – e, numa delas, ascendem a perto de 2000. Há, porém, duas dimensões desta questão que aqui trataremos separadamente, apesar dos pontos de contacto que estabelecem: o impacto do português nas línguas que o precederam no espaço asiático (secção 3.1) e o contributo do português para as línguas de contacto que se estabeleceram ou desenvolveram após o século XVI como resultado da expansão colonial europeia (secção 3.2).

#### 3.1 Línguas asiáticas que precedem o período colonial

A identificação de palavras de origem portuguesa em línguas da Ásia é antiga e recebeu especial atenção em publicações filológicas de finais do século XIX e início do século XX. A título de exemplo, olhemos para a sequência de estudos que se dedicaram a este tema com referência à mais difundida língua de Ceilão (atual Sri Lanka), o cingalês. Um estudo da autoria de A. E. Buultjens, saído na revista científica ceilonense *The Orientalist* em 1885, faz uma recolha do vocabulário de origem portuguesa em cingalês com o intuito de demonstrar «the extent and the direction of the obligation of the former [i.e., os cingaleses] to the higher civilization of the latter [i.e., os portugueses]» (Buultjens 1885, 214). Buultjens identifica um pouco mais de 100

étimos portugueses para palavras cingalesas, que divide e discute (na sua maioria) de acordo com alguns domínios semânticos particulares: «Dress» (e.g. cing. *bottama* e *lênsuva*, do ptg. BOTÃO e LENÇO), «The Kitchen» (e.g. cing. *vîṇākiri*, do ptg. VINAGRE), «The Bakery» (e.g. cing. *paralu*, do ptg. FARELO), «The Tea-Table» (e.g. cing. *pīrisiya*, do ptg. PIRES), «Fruit-Trees, &c.» (e.g. cing. *pipiñña*, do ptg. PEPINO), «Carpentry, Masonry, &c.» (e.g. cing. *mēse* e *pedarēuvā*, do ptg. MESA e PEDREIRO), «Military» (e.g. cing. *soldāduvā*, do ptg. SOLDADO), «Religion» (e.g. cing. *paskuvā*, do ptg. PÁSCOA), «The Household, &c.» (e.g. cing. *lansōluva*, do ptg. LENÇOL), «Painting» (e.g. cing. *pinture*, do ptg. PINTURA), «Domestic» (e.g. cing. *janēle*, do ptg. JANELA) e «Education» (e.g. cing. *iscōla*, do ptg. ESCOLA).

No número seguinte de *The Orientalist*, saído apenas em 1888/1889, Louis Nell, um distinto jurista e intelectual ceilonense, volta a abordar esta temática no artigo *An explanatory list of Portuguese words adopted by the Sinhalese* (Nell 1888–1889a). A lista é bem mais completa do que a de Buultjens, já que Nell regista e discute com alguma profundidade cerca de 250 étimos portugueses. Num outro artigo no mesmo volume (Nell 1888–1889b), dedicado à gastronomia da comunidade eurasiática ceilonense, Nell aborda ainda os nomes de alguns pratos e ingredientes, tais como *lateria* (do ptg. ALETRIA), *curry-sekku* (cujo segundo elemento deriva do ptg. SECO) ou *bolo*.

Para além destes textos, há vários outros nas revistas filológicas da altura, muitas vezes notas curtas, que discutem a potencial origem portuguesa de palavras cingalesas particulares. Um pouco mais tarde, em 1922, S. G. Perera volta a dedicar um texto ao tópico do impacto lexical do português no cingalês, o que testemunha do interesse que este tópico suscitou entre a elite cultural ceilonense.

O cingalês pertence ao grupo das línguas asiáticas que incorporaram mais palavras de origem portuguesa, mas não se encontra no topo da tabela. Esse lugar pertence ao concani, a língua de Goa, com perto de 2000 palavras de origem portuguesa. Apesar de Adolfo Coelho ter dedicado algumas páginas aos empréstimos lexicais do português em línguas do Oriente (Coelho 1882), a obra que mais contribuiu para uma visão global deste assunto, intitulada *Influência do vocabulário português em línguas asiáticas (abrangendo cerca de cinquenta idiomas)*, é da autoria do padre e filólogo goês Sebastião Rodolfo Dalgado e foi publicada em Coimbra em 1913. Esta obra, organizada num formato muito próximo do de um dicionário, colige informação referente a derivações de étimos portugueses identificadas em exatamente 52 línguas de todo o continente asiático. Apesar das limitações inerentes à sua conceção e de, desde então, ter havido atualizações para línguas específicas – tais como Kim (1976) para o japonês, Jin Guo Ping (1987) para o chinês, Jones/Grijns/de Vries (2007) para o indonésio e o malaio, ou de Lima (2014) para o concani –, a obra de Dalgado permanece a mais abrangente dedicada ao tópico dos empréstimos lexicais portugueses em línguas asiáticas. A Tabela 1 indica as línguas abrangidas pelo estudo e o número de empréstimos lexicais do português que Dalgado identifica para cada uma:

**Tabela 1:** Número de empréstimos portugueses identificados em Dalgado (1913)

Língua	Nr. de empréstimos	Língua	Nr. de empréstimos
<i>Concani</i>	1768	<i>Dayak</i>	41
<i>Teto</i> (Tétum)	774	<i>Khassi</i> (Khasi)	37
<i>Malaio</i>	431	<i>Sindhi</i>	37
<i>Galóli</i>	429	<i>Siamês</i> (Tailandês)	35
<i>Singalês</i> (Cingalês)	208	<i>Assamês</i>	34
<i>Bengala</i>	173	<i>Malgache</i>	34
<i>Indo-Inglês</i>	173	<i>Panjabi</i>	33
<i>Tamul</i> (Tâmul)	171	<i>Oriya</i>	32
<i>Malayálam</i> (Malaiala)	127	<i>Garó</i>	31
<i>Búgui</i>	122	<i>Batta</i> (Battak)	29
<i>Maratha</i> (Marata)	116	<i>Nicobarês</i>	27
<i>Hindustani</i> (Urdu)	107	<i>Cambojano</i> (Khmer)	25
<i>Gujarati</i> (Guzerate)	105	<i>Persa</i>	22
<i>Javanês</i>	104	<i>Balinês</i>	21
<i>Makassarês</i>	101	<i>Molucano</i>	16
<i>Sundanês</i>	100	<i>Pidgin-English</i> (Pidgin Inglês da China)	15
<i>Japonês</i>	93	<i>Annamita</i> (Vietnamita)	15
<i>Canarês</i>	91	<i>Nepali</i> (Nepalês)	13
<i>Túlu</i>	88	<i>Batávio</i> (Betawi)	10
<i>Laskari-Hindustani</i> (Lasca-rim)	84	<i>Tonkinês</i> (Vietnamita)	8
<i>Telúgu</i>	83	<i>Birmanês</i>	7
<i>Indo-Francês</i>	62	<i>Kashmiri</i> (Caxemiri)	6
<i>Achinês</i>	56	<i>Rabino</i> (Moçárabe?)	4
<i>Hindi</i>	53	<i>Turco</i>	4
<i>Árabe</i>	50	<i>Chinês</i>	3
<i>Madurês</i>	48	<i>Tibetano</i>	3

Os números na Tabela 1 são relativamente conservadores, uma vez que o acesso a informação etimológica deverá ter sido bastante limitado para algumas destas línguas. No topo da tabela, surgem três línguas de territórios à época sob domínio colonial português: o concani (de Goa), o tétum e o galoli (de Timor-Leste). De entre as línguas que se seguem, a maioria (por exemplo, o malaio, cingalês, bengala, tâmul,

malaiala, marata) é falada em regiões costeiras que nalgum momento albergaram importantes estabelecimentos luso-asiáticos. Contudo, encontramos aqui também línguas do interior com as quais o português teve uma coexistência menos intensa ou nula, como são o hindi, o khasi, o sindhi ou o assamês, o que sugere que as palavras de origem portuguesa terão circulado por vias que não envolveram necessariamente o contacto directo.

Em contraponto com a abundância de lexemas de origem portuguesa em línguas asiáticas, a evidência de influência morfossintática é bastante mais escassa. Regra geral, nota-se de maneira clara apenas em línguas que tiveram ou mantêm um contacto intenso e prolongado com o português em contextos (pós-)coloniais. É o caso do tétum falado em Díli, conhecido como *tétum-Díli* ou *tétum-praça*, que adotou alguns morfemas portugueses, como sejam o sufixo derivativo *-dór* ‘-dor’ (veja-se Hajek/Williams-van Klinken 2003) e o sufixo de plural *-s*. Para além disso, as descrições do tétum atribuem ao decalque de construções portuguesas o desenvolvimento de certas construções raras ou social e geograficamente circunscritas. Um caso relatado na literatura refere-se à possibilidade de fazer certos verbos intransitivos preceder o seu sujeito, contrariando a ordem básica de palavras S-V(-O). Na verdade, com o verbo *iha* (que é simultaneamente um verbo existencial e possessivo), a possibilidade da ordem V-S é comum a todas as variedades de tétum: a de Díli, mais influenciada pelo português, mas também o tétum-terik, falado ao longo da costa sul da ilha e com menor contacto com o português. Esta construção é particularmente comum quando o argumento é indefinido ou modificado por uma oração relativa (1), ao passo que a ordem canónica S-V é preferida com argumentos definidos:

- (1) Tétum-Díli (Williams-van Klinken/Hajek/Nordlinger 2002, 55)

<i>Iha</i>	<i>distritu</i>	<i>lima</i>	<i>mak</i>	<i>iha</i>	<i>ona</i>	<i>baunilha.</i>
EXST	distrito	cinco	FOC	ter	ANT	baunilha

‘Há cinco distritos que têm baunilha.’

A potencial influência portuguesa nota-se não nesta construção existencial mas no facto de o tétum-Díli – mas não o tétum-terik – admitir a ordem V-S com mais alguns verbos intransitivos e argumentos indefinidos, nomeadamente *mosu* ‘surgir’, *akontese* ‘acontecer’, *moris* ‘viver’, *falta* ‘faltar’ e *hela* ‘ficar’:

- (2) Tétum Díli (Williams-van Klinken/Hajek/Nordlinger 2002, 57)

a.	<i>Ohin</i>	<i>loron</i>	<i>mosu</i>	<i>violénsia</i>	<i>barak</i>	<i>tebes</i>	<i>iha</i>	<i>Timór.</i>
	hoje	dia	surgir	violência	muito	verdadeiro	LOC	Timor

‘Nos últimos dias, surgiu/começou muita violência em Timor.’

b.	<i>Falta</i>	<i>ida</i>	<i>tán</i>	<i>karik</i>
	faltar	um	mais	talvez

‘Talvez falte mais um.’

A interpretação de Williams-van Klinken/Hajek/Nordlinger (2002, 56–57) para esta possibilidade assenta no facto de o português também poder colocar os verbos



correspondentes, nestes contextos, antes do sujeito gramatical. Os autores apontam ainda para a circunscrição de estruturas como as de (2) ao registo escrito ou formal, o que sustenta esta interpretação na medida em que, no contexto timorense, são esses os domínios mais associados ao uso da língua portuguesa. Para além das estruturas V-S, Williams van-Klinken/Hajek/Nordlinger propõem ainda a influência do português no desenvolvimento de uma construção passiva (2002, 52) e na utilização do clítico *-an*, prototipicamente um clítico reflexivo, com alguns verbos que em português são pronominais, como no caso de *esforsa-an* ‘esforçar-se’ (2002, 64).

O concani de Goa é outra língua para a qual a literatura aponta certos aportes estruturais do português. Sardessai (1983, 156–157), por exemplo, refere duas construções com respeito às quais o concani literário católico difere dos demais registos de um modo que o aproxima da sintaxe portuguesa:

- a) na presença de algumas frases com a ordem de palavras SVO, ao passo que o concani é, em geral, uma língua estritamente SOV;
- b) na produção de orações relativas pós-nominais e introduzidas por uma partícula relativa, o que contrasta com as relativas participiais mais típicas do concani.

Rocky Miranda dedica um artigo precisamente a identificar a influência sintática do português sobre o concani, que conclui ser um produto do final do século XIX (Miranda 2001, 59) e circunscrito, tal como afirmara Sardessai, ao concani literário da comunidade católica. Uma frase que transcreve para ilustrar o processo, originalmente publicada num jornal goês de 1923 e referida em Chavan (1924), é a seguinte:

- (3) Concani (Miranda 2001, 49)

<i>avoi bapui</i>	<i>sabar pauttim</i>	<i>khens cortat</i>	<i>aplim</i>	<i>burguim</i>
pais	muito vezes	queixam-se	próprios	filhos
<i>aiconant</i>	<i>vo bexearmi cortat</i>	<i>munm aplea</i>	<i>sangneanc</i>	
ouvem.NEG	e ignoram	assim próprios	instruções.para	

‘Os pais queixam-se muitas vezes de que os seus filhos não ouvem e ignoram as suas instruções.’

Neste caso, a oração subordinada segue-se à oração principal, tal como em português mas contra o que é habitual em concani. Para além disso, a própria estrutura interna da subordinada viola a ordem SOV mais comum no concani, colocando o objeto direto (‘as suas instruções’) após os verbos coordenados (‘não ouvem e ignoram’). Miranda nota ainda outros padrões de influência portuguesa ao nível da ordem de palavras mas afirma que, após a integração de Goa na União Indiana, se deu um progressivo abandono destas estruturas consideradas de influência portuguesa.

### 3.2 Línguas de contacto do período colonial

A Tabela 1 regista a presença de palavras portuguesas em línguas como o indo-inglês, o indo-francês e o pidgin inglês (da China), facto que remete para o facto de estas variedades asiáticas ou derivações das línguas coloniais europeias, estabelecidas no continente após o português, terem sido grandemente influenciadas pelas variedades linguísticas que à data já circulavam pelas redes coloniais portuguesas. No caso do indo-inglês, este facto torna-se evidente no importante dicionário compilado por Henry Yule e Arthur Burnell no final do século XIX com o título de *Hobson-Jobson*. Logo na introdução, os autores reconhecem que «a large number of our Anglo-Indian colloquialisms, even if eventually traceable to native sources [...], have come to us through a Portuguese medium, and often bear traces of having passed through that alembic» (Yule/Burnell 1886, xviii–xix). Assim, entre as dezenas de exemplos que incluem no glossário contam-se palavras de origem portuguesa (e.g. ingl. *gentoo*, usado em tempos para referir uma pessoa hindu, a partir do ptg. GENTIO) e outras de origem asiática em cuja forma se reconhece um filtro português (e.g. ingl. *jack/jackfruit*, nome de um fruto local, do malaiala CHAKKA através do ptg. JACA), incluindo muitos topónimos (e.g. ingl. *Bassein*, do nome local VASAI através da adaptação portuguesa BAÇAIM).

O pidgin inglês falado em tempos nos portos chineses foi abundantemente documentado a partir de finais do século XVIII. Como comenta Hall (1944, 95), os registos mais antigos desta língua caracterizam-se por uma grande quantidade de palavras de origem portuguesa (e.g. *joss* ‘deus’, do ptg. DEUS, preservado ainda na palavra ingl. *joss-stick* ‘pau de incenso’), algumas das quais foram sendo substituídas por equivalentes de origem inglesa – o que provavelmente explica o número relativamente baixo de lexemas portugueses registados para o «Pidgin-English» na Tabela 1. A este facto não será alheio o facto de o pidgin inglês da China se ter desenvolvido sobretudo no contexto do comércio com o entreposto de Cantão, no qual a cidade de Macau e a ação portuguesa tiveram um papel primordial. É interessante notar que, no relato de uma viagem a Cantão na década de 1740, se conta como marinheiros britânicos foram abordados com uma frase que conjuga elementos lexicais portugueses e ingleses, mas na qual os do primeiro tipo (*carei*, do ptg. QUERER; *grandi*, do ptg. GRANDE; *pickenini*, do ptg. PEQUENINO/A) predominam sobre os do segundo (*hola*, do ingl. WHORE ‘prostituta’):

- (4) Pidgin inglês da China ou Pidgin português da China (Noble 1762, 240)

<i>Carei</i>	<i>grandi</i>	<i>hola,</i>	<i>pickenini</i>	<i>hola?</i>
querer	velho	prostituta	jovem	prostituta

‘Quer uma prostituta velha ou uma prostituta jovem?’

Exemplos como este colocam em questão a fronteira entre um pidgin de base portuguesa e um pidgin de base inglesa (veja-se Baxter 2009). Com efeito, uma proposta que tem suscitado algum debate é a de que a influência portuguesa no pidgin inglês

da China não se fique a dever ao simples contacto entre as duas línguas mas sim a uma relação de ascendência, segundo a qual o pidgin inglês teria derivado por relexificação de um preexistente pidgin de base portuguesa (veja-se Baker/Mühlhäusler 1990; Bolton 2003). A apoiar esta hipótese, algumas análises sustentam que o elemento português ultrapassa o domínio lexical e pode ser observado na própria estrutura do pidgin inglês da China. Matthews/Li (2012), por exemplo, recorrem ao português e às variedades de contacto da Ásia para explicar o uso de *for* como complementador (baseado no *para* português) e de *have* como cópula locativa (baseado nos reflexos de *ter* nos crioulos de base portuguesa da Ásia) no pidgin inglês da China.

O debate acerca da influência do português ou de um pidgin/crioulo português na formação do pidgin inglês da China remete para o da formação do pidgin e do crioulo ingleses do Havai, que, apesar de se referir a uma latitude e a uma diacronia diferente, recupera alguns destes argumentos. A presença de falantes de português no Havai é bastante diferente do que temos descrito até agora, já que se fica a dever a uma onda de migração mais tardia, do século XIX. A indústria do açúcar conheceu grande expansão no arquipélago no final do século XIX e foi neste contexto que para aí convergiram muitos portugueses (sobretudo madeirenses e açorianos) atraídos pelas oportunidades de trabalho nas plantações – mais de 30.000 entre os anos de 1872 e 1930, segundo Reinecke (1969). Esta força demográfica, aliada ao papel de muitos portugueses como supervisores das plantações, levou estudiosos a considerar que, na transição para o século XX, o português (a par de outras línguas, como o chinês e o havaiano) teria tido a oportunidade de influenciar o desenvolvimento do pidgin inglês do Havai e a sua transformação num crioulo falado como língua materna, processo que normalmente situam na década de 1920. Entre os estudos que atribuem certas características do crioulo inglês do Havai ao contributo português, contam-se Reinecke/Tokimasa (1934); Knowlton (1960; 1967); e, mais recentemente, Siegel (2000; 2008). Um caso que desde cedo tem sido apontado como evidência do contributo português é o das funções de *stei/stay*, que pode funcionar como uma cópula com predicados adjetivais que indiquem propriedades não-permanentes ou não-intrínsecas (5a), com valor locativo (5b) e ainda como marcador pré-verbal de aspeto progressivo (5c):

- (5) Crioulo inglês do Havai (Siegel 2000, 229; 212; 218)
- a. *She stei sik / \*tall.*  
     2sf *stei* doente alta  
     'Ela está doente.' '? Ela está alta.'
  - b. *Everything stay on top one doily.*  
     tudo *stay* em cima um guardanapo  
     'Tudo está em cima de um guardanapo.'
  - c. *What you stay eat?*  
     que 2s *stay* comer  
     'O que estás a comer?'

Segundo Siegel (2000; 2008), a única das línguas envolvidas na formação do crioulo inglês do Havai (incluindo o inglês, de cujo verbo *stay* deriva a forma em questão) que permite explicar o padrão de multifuncionalidade registado para *stei/stay* é o português, já que, como se observa nas traduções em (5), o verbo *estar* em português tem a mesma distribuição, até mesmo quanto ao tipo de predicados adjetivais com os quais pode ou não ocorrer como cópula. Este debate em torno de *stei/stay* serve apenas para exemplificar a investigação que se debruça sobre o contributo português para a formação do crioulo inglês do Havai; outras características linguísticas que têm sido abordadas nesta perspetiva incluem, por exemplo, certos perfis prosódicos (Knowlton 1967), o complementador *fo/for* – semelhante ao que discutimos para o pidgin inglês da China – (a partir do ptg. *para*; veja-se Siegel 2000, 226), ou o sincretismo possessivo-existencial de (*hab*)*got* (também identificado, como vimos, no caso do pidgin inglês da China e ainda no cantonês, pelo que essas também são possíveis vias de entrada no Havai; veja-se Siegel 2008, 92–95).

## 4 Variedades asiáticas de português

Para além da formação de línguas pidgin e crioulas a que já aludimos, a expansão da língua portuguesa pela Ásia levou também ao estabelecimento de algumas variantes asiáticas do português que acusam o efeito do contacto linguístico. No contexto asiático, já Leite de Vasconcelos identifica na sua *Esquisse d'une dialectologie portugaise* (1901) vários «dialectos» portugueses. Desses, os que não classifica como «dialectos crioulos» são os de Goa, Macau e Timor, e ainda o «norteiro» (da antiga «província do Norte» do Estado Português da Índia, localizada na região contígua a Bombaim) e o da costa do Coromandel (costa sudeste da Índia, correspondente ao atual estado de Tamil Nadu). Para estes dois últimos, que já não existem, Leite de Vasconcelos baseou-se em corpora escritos que oscilavam entre as variedades crioulas locais e aproximações variáveis do português-padrão, e que levantam algumas dúvidas quanto à sua fidedignidade na representação de uma variante oral real. Os três primeiros subsistem e serão tratados nas secções 4.2, 4.3 e 4.4 respetivamente. Para além disso, desde cedo, temos evidência de ter existido a perceção de um modo tipicamente asiático – ou pan-asiático – de falar português; esse será o tema da secção 4.1.

## 4.1 O «português oriental»

A noção de que a Ásia produzira variantes particulares do português é antiga, sendo expressa por Contador de Argote, no século XVIII, nos seguintes termos:

«M. Ha mais algum Dialecto?

D. Ha os Dialectos ultramarinos, e conquistas de Portugal, como India, Brasil, &c., os quaes tem muytos termos das linguas barbaras, e muytos vocabulos do Portuguez antigo» (Contador de Argote 1725, 300).

Como aqui se vê, as referências mais antigas a um dialeto asiático do português assentam no reconhecimento de certas especificidades lexicais (a este respeito, veja-se também Tomás 2008, 462–466). Do ponto de vista do contacto, estabelece-se assim um contraponto com o que discutimos na secção 3, já que, neste caso, os termos atribuídos a um «português oriental» (Dalgado 1919, xviii) foram em grande medida tomados de línguas asiáticas. Em boa parte, este enorme influxo de léxico local relaciona-se com a necessidade de inserir no discurso em português novas realidades e referentes encontrados na Ásia. As origens etimológicas são diversas, mas encontramos neste grupo de lexemas uma importante parcela de origem malaiala, língua da antiga costa do Malabar, por ter sido a primeira com que o português estabeleceu um contacto estreito na Ásia (veja-se Thomaz 2015). Garcia de Orta, nos seus *Colóquios dos Simples e Drogas da Índia*, é bem explícito ao escrever, com referência ao betel:

«Chamamoslhe *betre*, porque a primeira terra dos Portuguezes conhecida foi o Malavar... Todos os nomes que virdes, que nam sam portuguezes, sam malavares; assi como *betre*, *chuna*, que he cal, *maynato*, que he lavador de roupa, *patamar*, que he caminheiro, e outros muytos» (Orta 1563; transcrito em Dalgado 1919, xxii).

Estas palavras e muitas outras constam daquela que é ainda a obra de referência para o estudo das particularidades lexicais do português asiático, publicada em 1919 por Sebastião Rodolfo Dalgado. O *Glossário Luso-Asiático* é uma grande compilação e estudo etimológico de termos correntes no discurso português na Ásia mas não necessariamente no português de outras regiões. Contudo, a observação das especificidades lexicais do português asiático em obras de carácter lexicográfico precede o *Glossário*. Vários dicionários da língua portuguesa registam palavras que identificam de forma mais ou menos explícita com a esfera asiática. Um dos mais importantes, publicado entre 1728 por Rafael Bluteau, identifica uma grande quantidade de termos com a Ásia através de descrições como «palavra da India», «termo dos portuguezes da India», «termo nautico da India», «entre os gentios da Asia», «he palavra da Asia», «termo da China», etc. São deste tipo centenas de palavras; mas iniciemos a ilustração com uma que já encontrámos: *mainato*. Bluteau define-a do seguinte modo:

«**MAYNATO.** He o homem, que na India tem o officio de lavar a roupa, e assim o Mainato, ou Lavandeiro da Aldea tem o seu Namarsim, ou retalho de varjea, que he assim como officio hereditario na sua familia».

Dalgado (1919), em concordância com Garcia de Orta, clarifica a etimologia dravídica do termo (do malaiala *maṇṇaṭṭan*). Porém, a palavra *mainato* revela também a dispersão que o vocabulário luso-asiático teve em todo o Oriente, já que o termo foi e é corrente em lugares tão distantes como Macau (onde um bairro é conhecido como *Tanque do Mainato*) e Moçambique. É ainda uma das palavras que, segundo Dalgado (1913), foram difundidas por via do português a várias línguas asiáticas, incluindo o malaio e o tétum.

Outro exemplo interessante é o da palavra *bandel* (pl. *bandeis*). Bluteau dá a seguinte definição:

«**BANDEL.** He palavra da Asia, quer dizer o mesmo que Bairro, Destricto de huma nação Estrangeira, tolerada em outro Paiz, donde logra privilegios, e assim os Portuguezes tem Bandel nos Reynos de Bengala, e Siaõ, donde ha Capitaõ môr, nomeado pelo Vice-Rey da India, o qual julga as causas movidas de hum Christaõ a outro, e faz respeitar aos Ministros Evangelicos pelas Justiças da terra».

Dalgado aumenta esta definição e acrescenta que se trata de uma derivação da palavra persa *bandar* ‘porto, cais’, usada também com essa forma na generalidade das línguas da Ásia Meridional, de onde provavelmente teria passado ao português.

Outras palavras originalmente luso-asiáticas acabaram por se impor noutras variedades do português (e.g. *atol*, *biombo*, *canja*, *chá*, *tufão*) e, inclusivamente, passar a outras línguas europeias (veja-se, a este respeito, Cardeira 2010). Um caso interessante e significativo desta última categoria é a palavra *mandarim*, atualmente utilizada em muitas línguas do mundo para designar a variante linguística oficial e mais difundida da China (entre outras aceções). Com origem na palavra sânscrita *mantri* ‘conselheiro, ministro’, as primeiras propostas etimológicas (Yule/Burnell 1886; Dalgado 1919) sugeriam que teria passado ao português por via do malaio *māntāri* e, aplicado inicialmente à classe administrativa chinesa, teria depois passado a referir a língua que falavam. Contudo, Thomaz (2015, 120) nota a ocorrência do termo num documento português de 1499, o que indicia que o empréstimo é mais antigo do que se supunha e deverá ter entrado no português por via do malaiala.

## 4.2 Goa, Damão e Diu (e Dadrá e Nagar-Haveli)

Goa, Damão e Diu foram colónias portuguesas entre o século XVI e 1961, altura em que uma ação militar as integrou na União Indiana. Tratando-se dos territórios sul-asiáticos com a mais longa presença portuguesa, é aí que se fala ainda o português, a par, nos casos de Damão e Diu, de línguas crioulas. É conveniente notar que a língua

portuguesa se estendeu a muitos outros locais do subcontinente indiano de onde entretanto desapareceu, incluindo largas faixas costeiras do sul, a região de Bombaim e a do Delta do Ganges. Até ao século XX, há referências ao ensino da língua portuguesa em locais como Bombaim, Allepey ou Vepery, e encontramos nos arquivos documentos em língua portuguesa produzidos em muitos outros, como Cochim, Mahé, Baçaim, etc. Estas variantes extintas são muito menos conhecidas, pelo que nos concentraremos aqui nas de Goa, Damão e Diu. Há porém uma diferença radical nas ecologias linguísticas de Goa, por um lado, e de Damão e Diu, por outro, pelo que devemos tratar estes territórios separadamente.

Na transição para o séc. XX, há a registar algumas tentativas de representar as especificidades do português de Goa, desde logo em obras de cariz literário tais como o romance *Jacob e Dulce: Scenas da vida Indiana* (Costa 1896). Os primeiros estudos a debruçarem-se de forma científica sobre as particularidades do português de Goa – neles caracterizado como uma L2 para a maioria dos seus falantes goeses – são da autoria de Dalgado (1900) e Leite de Vasconcelos (1901), sendo o primeiro o mais completo. Nesse texto, Dalgado aponta uma grande quantidade de traços fonéticos, fonológicos e morfossintáticos que distinguem o português de Goa do padrão europeu. Desses, vários são explicitamente atribuídos pelo autor à influência do concani, a língua da generalidade da população.<sup>2</sup> Estes incluem, no plano fonológico, a presença da consoante aspirada [k<sup>h</sup>] e de aspiração com [h] em determinadas palavras de origem concani ou por ela influenciadas (e.g. *khamisa* ‘camisa’, por influência do conc. *khamís*, Dalgado 1900, 66); a generalização de certas formas de tratamento reverenciais («tio, se é da idade do pae de quem falla; irmão; se é um pouco mais velho que o interlocutor; mana, se é mais velha [...]», p. 68), por vezes pospostos ao nome próprio como em concani (e.g. *Paulo-tio, Roque-irmão*); ordem de palavras OV ocasional; possibilidade de elipse da cópula (*Toda família boa*, p. 71); colocação do pronome interrogativo em posição não-inicial (e.g. *Pequenos como estão?*, p. 70); ou ainda o emprego da partícula reportativa *hĩ* do concani (e.g. «Elle morreu *hĩ* = elle morreu, dizem», p. 71). Para além das características para as quais Dalgado identifica uma origem no contacto com o concani, muitas outras por ele apontadas podem ser interpretadas nessa linha, como sejam a pronúncia aproximante de <v> («V equivale ao inglês w», p. 67) ou a simples justaposição de dois numerais para indicar uma aproximação ou intervalo numéricos (*Há dois três dias* ‘Há dois ou três dias’; *são dez quinze pessoas* ‘são dez a quinze pessoas’, p. 71) – o que, não sendo impossível em português, é bastante mais regular nas línguas indo-áricas.

O estudo de Dalgado inclui ainda um glossário de termos característicos do português de Goa, no qual pontuam, como seria de esperar, muitos empréstimos do

2 Apesar de o concani ser a origem mais vezes invocada para explicar as peculiaridades do português de Goa, Dalgado (1900, 72) nota também a influência do inglês, que exemplifica com a frase *Os amigos e parentes são pedidos para assistirem*, decalcada do ingl. *The friends and relations are requested to attend*.

concani (e.g. *baí* ‘menina’, *bate/batte* ‘arroz com casca’, *funconias* ‘amuos’, *tape* ‘barrete’) e expressões que resultam de traduções literais do concani (e.g. *toca-bocca* ‘acepipe que se come com o arroz para despertar o apetite’, do conc. *tondák lāvun-chem*); mas também alguns identificados como de origem africana (*batuque*, um instrumento musical), malaiala (*teca*, um tipo de árvore), malaia (*godão* ‘armazém’) ou outras. Muitos dos termos nesta lista pertencem ainda ao conjunto de lexemas tidos como típicos do «português oriental» discutido na secção 4.1 (e.g. *maynato* ‘lavadeiro’, *pera* ‘goiaba’, etc.).

A partir de 1908, José Maria da Costa Álvares dedicou-se a comentar (e contrariar) as peculiaridades do português de Goa através de um consultório linguístico regular no jornal goês *Heraldo*, compilado no ano seguinte num volume (Álvares 1909) com o sugestivo título de *Palestras sobre os vícios de linguagem portuguesa mais comuns em Gôa*. Apesar do seu caráter eminentemente normativo e predominância de questões de ortografia e pronúncia, trata-se de uma fonte importante por identificar uma série de características típicas do português de Goa, para algumas das quais Álvares reconhece também a influência do concani. Um caso deste tipo, descrito como «um dos mais pittorescos e dos mais vulgares indianismos» (ibid., 77), refere-se ao uso da expressão *fazer chave* com o sentido de «fechar à chave», exemplificado com a frase *Fêche porta e faça chave, han?* ‘Feche a porta e tranque-a à chave, sim?’ e explicado por decalque do equivalente concani *tsavi côr* [lit. ‘chave’ + ‘fazer’] (ibid., 78).

Muitos dos traços apontados quer por Dalgado quer por Álvares serão recuperados num artigo bastante mais tardio que procura fazer um levantamento dos «*concanismos* ou *goanismos*» do português de Goa, definidos como «*expressões e modos tomados de concani mas alheios à índole da língua portuguesa*» (Dias 1981, 33). Os «concanismos» descritos são maioritariamente de natureza lexical (por exemplo *babá* ‘menino’) mas não só. No que diz respeito à ordem de palavras, por exemplo, Dias refere não apenas a ocasional ordem OV (já identificada por Dalgado) mas também a possibilidade de a oração relativa preceder o nome, à semelhança do concani, como na frase *ontem que veio rapaz é seu amigo?* ‘o rapaz que veio ontem é seu amigo?’ (ibid., 39).

Outro estudo importante deste período é o de Graciete Batalha, que, em 1982, dedica um livro à presença da língua e cultura portuguesas em Goa. Um dos capítulos faz uma caracterização do português goês com base em inquéritos e conversas com um número limitado de falantes, ressaltando que se tentou obter informação acerca da «fala popular e [...] fala dos jovens» (Batalha 1982, 48). Batalha nota, logo à partida, uma certa continuidade dos traços apontados 82 anos antes por Dalgado, incluindo a supressão do verbo copulativo ou a justaposição de numerais para uma aproximação numérica – e, ao transcrever como *Uasco* a pronúncia de um informante para o topónimo *Vasco (da Gama)*, revela ter identificado ainda a pronúncia aproximante de <v>. Ao nível lexical, Batalha afirma ter notado uma forte tendência para a substituição de termos portugueses pelos seus equivalentes em concani ou inglês. Esta observação coincide com uma investigação desenvolvida aproximadamente na



mesma altura sobre os domínios e frequência de uso do português em Panjim (Wherritt 1985; 1989), que dava conta de uma evidente contração. Quanto ao momento atual, ainda que saibamos que o português continua em uso em Goa, o seu estado concreto, os contextos de contacto que eventualmente estabelece e as suas características linguísticas permanecem um pouco nebulosos.

Ainda no que diz respeito a Goa, existe uma dimensão particular do debate em torno do papel do contacto na formação da variante local. Já nos escritos pioneiros de Dalgado e Leite de Vasconcelos se levanta a hipótese de aí se ter formado, à semelhança da maioria dos territórios luso-asiáticos, uma língua crioula que pudesse, em teoria, explicar certos traços do português de Goa. Apesar de nem um nem outro reconhecerem a sua existência na altura em que escreveram, não deixam de identificar certas semelhanças entre o português de Goa e os crioulos indo-portugueses conhecidos, sobretudo os do litoral a norte de Goa. Com efeito, para a caracterização do português de Goa que faz na sua *Esquisse* (1901, 139–141), Leite de Vasconcelos baseia-se não apenas no trabalho já referido de Dalgado mas também na análise de um romance publicado em 1864 no primeiro volume de um periódico de Margão, *Ilustração Goana*, onde se tenta representar a fala arcaizante de uma mulher «plebeia» de Salcete. Esta representação literária (necessariamente estereotípica) contém, efetivamente, grandes semelhanças com os crioulos indo-portugueses, desde a indicação de tempo e aspeto através de um marcador preposto a uma forma aparentemente invariável do verbo (*cand'eu ta vai par igrêz*) à forma composta do pronome 3pl *ell'outro* (do ptg. ELE + OUTRO). Para além disso, num artigo posterior, Dalgado (1921) comenta um poema claramente crioulo, supostamente recolhido em Goa, propondo que aí tenha vigorado em tempos um «crioulo cafreal», i.e. um crioulo falado pelos escravos africanos que chegaram a ser bastante numerosos (veja-se Cardoso 2010).

A hipótese da influência de um crioulo indo-português no desenvolvimento do português de Goa continua, assim, em aberto. Por outro lado, em Diu e Damão (bem como nos enclaves de Dadrá e Nagar-Haveli, próximos de Damão), a coexistência do português com uma língua crioula ainda se verifica, havendo ainda uma fluência generalizada em guzerate, a língua dominante na região. Na realidade, nestes casos, o interesse dos linguistas tem sido dirigido sobretudo para as línguas crioulas (veja-se, por exemplo, Clements/Koontz-Garboden 2002; Cardoso 2009), pelo que as conhecemos melhor do que ao português local. Sabemos, porém, que nem o uso do português neste território nem o reconhecimento de diferenças em relação ao padrão são recentes; num relato do final do século XIX, referente à população cristã de Diu, lemos que:

«Os usos e costumes dos christãos de Diu são os mesmos ou quasi mesmos, que os dos christãos de Goa e Damão. Fallam o portuguez, mais ou menos correctamente, não sendo todavia raros certos idiotismos, solecismos e barbarismos intoleráveis» (Quadros 1899, 98).

Os estudos recentes sobre Damão e Diu indicam que o português é uma L2 para a maioria (se não a totalidade) dos seus falantes, ao passo que os crioulos têm comuni-

dades importantes de falantes nativos. Torna-se claro, para além disso, que existem nestes territórios diversos tipos de competência em português que revelam diversas vias e motivações para a sua aquisição. No caso de Diu, Cardoso (2007) refere que o conhecimento da língua portuguesa pode ficar a dever-se a um historial de educação nesta língua (para uma faixa etária mais alta), de emigração para um país lusófono (e.g. Portugal ou Moçambique), permanência em Goa, preferências familiares, etc. A língua portuguesa difunde-se hoje em dia à comunidade não apenas pelos canais que lhe são internos mas também através da televisão por satélite, do contacto ocasional com falantes nativos de português (viajantes, jornalistas, investigadores, etc.) e da permanência temporária de emigrantes a residir em países lusófonos como Portugal ou Moçambique.

A relação entre o português e o crioulo não é porém totalmente pacífica, dado o diferencial de prestígio que dá vantagem ao primeiro. Esse facto, associado à circunstância de a competência em português de alguns falantes ser reduzida, produz com frequência fenómenos de hesitação e de hipercorreção na produção desta língua. O contacto entre as duas línguas tem claras consequências linguísticas, que conhecemos melhor na perspetiva do impacto do português sobre os crioulos do que no sentido inverso. Em vários estudos, a influência do português é invocada por Clancy Clements para explicar certas diferenças entre os crioulos de Damão e Diu, por um lado, e os demais crioulos indo-portugueses com menor exposição ao português (Clements 2009b) e até para entender o desenvolvimento de dois socioletos distintos em Damão (Clements 2009b; 2014): um mais urbano, com maior influência do português, e.g. na forma do pronome 3pl *ilz* (do ptg. *ELES*), e outro mais rural, que retém formas crioulas antigas como, no caso em apreço, a forma composta do pronome 3pl *ilot* (do ptg. *ELE + OUTRO*).

Quanto às particularidades do português de Damão e Diu e do papel do contacto linguístico no seu desenvolvimento, esses são campos de pesquisa ainda por explorar.

### 4.3 Macau (e Hong Kong)

A língua historicamente mais difundida em Macau e na região circundante é o cantonês. Para além disso, Macau é outro dos locais da Ásia onde se desenvolveu um crioulo de base portuguesa, por sinal relativamente bem conhecido e documentado a partir do século XIX (Barreiros 1943–1944). Este crioulo, conhecido como *maquista*, *macaísta* ou *patuá*, tem grandes afinidades com os do sudeste asiático, sobretudo o de Malaca. Como tal, pode depreender-se que terá sido transplantado para este território durante a colonização de Macau no século XVI, e não se terá desenvolvido aí *ab ovo* num momento posterior.

Este facto é relevante na medida em que, em Macau, se pode dizer que a coexistência entre o português e o crioulo (e o cantonês) foi uma constante desde o primeiro momento, sendo que, para uma boa parte da população colonial, o portu-

guês poderá ter sido, quando muito, uma L2. Durante muito tempo, a variedade do «português» com maior difusão no território parece ter sido uma variedade de contacto (crioulo ou pidgin). Uma obra chinesa de 1745–1746, intitulada *Ou Mun Kei Leok*,<sup>3</sup> regista em caracteres chineses alguns excertos da língua em uso na altura em Macau e esta, na realidade, revela-se muito próxima do crioulo maquista (Batalha 1995; Baxter 2009, 287).<sup>4</sup> Leite de Vasconcelos, um dos primeiros filólogos a tentar uma sistematização do reportório linguístico de Macau, concentra-se sobretudo no crioulo, mas acrescenta:

«A côté du <macaísta> proprement dit, ou dialecte créole de Macao, on emploie un langage à prétentions littéraires, qui rapelle plus ou moins le portugais usuel; il y a en outre un portugais parlé par les Chinois» (Leite de Vasconcelos 1901, 149).

Esta descrição aponta, portanto, para um ecologia linguística que albergava o crioulo, formas de português L2 e uma variedade do português que, sendo próxima do «portugais usuel», não deixava certamente de ter as suas peculiaridades. Esta coexistência do português com o crioulo veio a revelar-se instável, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX, com a difusão da imprensa e educação em língua portuguesa. O efeito da pressão exercida pelo português sobre o maquista fica bem expresso numa carta (provavelmente fictícia) de 1865, escrita em crioulo por uma tia macaense à sua sobrinha em Hong Kong, que contém o seguinte *post scriptum*:

«P. S. – Vós lôgo sintí grandi diferença na minha modo di escrevê. Eu já aperfeiçoá bastante neste um pôco tempo. Tudo este escola novo de machu e femia, e aquele gazeta Ta-ssi-yang-kuo já fazê indretá bastante nosso lingu» (reproduzida em Barreiros 1943–1944, 31).

Com efeito, o crioulo entrou então num ciclo de descrioulização que praticamente o aniquilou como língua de uso corrente, sendo substituído entre a comunidade anteriormente crioulófona pelo português. Em consequência deste processo, torna-se necessário considerar, como fazem muitos autores, que as especificidades do atual português de Macau possam resultar, pelo menos em parte, de retenções deste crioulo entretanto abandonado – sem prejuízo de explicações que coloquem em evidência o contacto com outras línguas da ecologia linguística, em particular o cantonês. A própria Graciete Batalha, que a partir da década de 50 do século XX trabalhou o tema do português em Macau, revela muitas dificuldades em traçar a fronteira entre o maquista e uma variedade macaense de português. Numa série de artigos publicados no jornal *Notícias de Macau* em 1958 (posteriormente coligidos em Batalha 1974) condensa toda esta diversidade linguística no termo «Língua de Macau» e descreve a situação do seguinte modo:

<sup>3</sup> Para uma tradução recente, veja-se Guangren/Rulin (2009).

<sup>4</sup> Para mais informação acerca da difusão de uma variedade de contacto do português no contexto do comércio com Cantão, veja-se Matthews/Li (2012), Li/Matthews (2016).

«Quando chegámos a Macau, em 1949, [...] constatámos [...] como essa linguagem, diferente embora da do mesmo nível (popular citadino) da Metrópole, não era já a mesma que os estudos de Leite de Vasconcelos e seus contemporâneos nos mostravam. De então para cá, devido a mais estreitos contactos com a Metrópole, o dialecto tem evoluído rapidamente para uma maior aproximação com o português normal, sobretudo no que diz respeito ao vocabulário e à pronúncia. [...] Note-se, no entanto, que a fala das pessoas mais velhas não é ainda idêntica à dos seus filhos, isto é, à dos indivíduos de cerca de 50 anos. A linguagem dos muito idosos (se não são de grandes letras, claro) é quase inteiramente incompreensível para quem chega de fora, ao passo que a da geração média se compreende aos primeiros contactos, embora exigindo de começo certo esforço de atenção» (Batalha 1974, <sup>1</sup>1958, 18).

Na sua ótica, assistia-se então a uma fase de transição tendente à emergência de uma forma tipicamente macaense de falar português (Batalha 1959; também Diez 1981; Gaião 1999), sendo precisas «mais duas ou três gerações antes que a língua se uniformize em moldes novos» (Batalha 1974, <sup>1</sup>1958, 19). Apesar da grande instabilidade de formas que encontra, a autora avança algumas características desse novo modo macaense de falar, como sejam a irregularidade na marcação de pluralidade ou na concordância de género e número. Para uma delas, sugere uma explicação assente na influência do cantonês: a substituição da vibrante múltipla do português pela vibrante simples [r] ou pela líquida [l] (Batalha 1974, <sup>1</sup>1958, 45–46). Outra observação importante no capítulo do contacto é a da mistura do português com o inglês e o cantonês no discurso dos falantes mais jovens. Hoje em dia, este tipo de *code-switching*, motivado por um elevado multilinguismo, é ainda característico da produção da comunidade macaense.

Com a entrega de Macau à China, em 1999, o português manteve o seu estatuto de língua oficial no território, agora a par do chinês. A adaptação da língua portuguesa a esta nova realidade tem vindo a motivar uma nova vaga de investigação linguística, tendente não apenas a observar os efeitos de políticas linguísticas como também o eventual estabelecimento de um «português de Macau» bem definido (veja-se, por exemplo, Correia 1998; Noronha/Chaplin 2012). Em textos recentes dedicados precisamente ao historial de contacto linguístico em Macau e na região, Baxter (1996; 2009) sintetiza algumas características salientes do português macaense, no qual reconhece influências diversas: o efeito da assimilação do anterior crioulo, o chinês, o inglês e o português europeu.

No campo fonológico, Baxter nota a competição entre realizações semelhantes ao português europeu e outras divergentes (Baxter 2009, 296–299). No caso da africada [tʃ] para realizar <ch> (em competição com a fricativa [ʃ] do português-padrão europeu moderno), encontra paralelos tanto nos crioulos de Macau e de Malaca como no cantonês. Já em casos como a realização simples do que seriam vibrantes múltiplas no padrão europeu (já notada por Batalha) ou a monotongação dos ditongos [ej] (>[e]) e [ow] (>[o]), por exemplo, encontra uma maior semelhança com os crioulos de Malaca e de Macau, sugestiva de retenção de um antecedente crioulo. Ao contacto com o cantonês atribui, por exemplo, a simplificação de certos grupos consonânticos (e.g. *principal* > *pincipal*).

Ao nível morfossintático, Baxter (1996, 325–326; 2009, 300–306) nota, entre outros fenómenos, a ausência ocasional do artigo definido, variabilidade na concordância de número e género (no sintagma nominal) e de pessoa (entre o verbo e o sujeito) e certas seleções preposicionais peculiares. Também aqui se avançam explicações apoiadas no contacto linguístico ora com o antecedente crioulo, ora com o cantonês, ora ambos – não apenas na perspetiva da transferência direta dessas línguas mas também na dos efeitos que tem para a aquisição do português a *ausência* nessas línguas de determinadas categorias funcionais do português.

Os contributos de todos estes estudos permitem uma caracterização inicial das particularidades do português de Macau, mas resta ainda muito trabalho por fazer, nomeadamente no sentido de apurar a estabilidade ou instabilidade dos traços identificados e as suas fontes mais prováveis. Por outro lado, Macau tornou-se recentemente um pólo de atração para múltiplas populações de todo o mundo, incluindo o mundo lusófono, pelo que será interessante observar de que forma responde o português macaense aos diversos estímulos linguísticos que aí aportam.

A presença do português noutros pontos da costa chinesa em tempos recentes ficou a dever-se, em grande medida, à diáspora macaense. A partir de meados do século XIX, um número considerável de macaenses migraram sobretudo para Hong Kong e Xangai, levando consigo o crioulo maquista mas também o português. A comunidade de Hong Kong, sempre mais numerosa do que a de Xangai, contava cerca de 2000 pessoas no ano de 1900 (Baxter 1996, 326) e conseguira preservar até então o ensino do português através das suas associações comunitárias (Batalha 1990, 294). A comunidade prosperou até 1941, altura em que boa parte dela se refugiou em Macau em fuga da ocupação japonesa de Hong Kong. No final da Guerra, em 1945, apenas uma parte desta população regressou a Hong Kong.

Batalha (1990, 294–295) considera que a permanência em Macau nos anos da Guerra serviu para revitalizar e perpetuar o conhecimento do português entre os macaenses de Hong Kong (o que indicia algum declínio em meados do século XX) mas nota também a presença de numerosos empréstimos ingleses no português desses falantes: por exemplo *oficina* ‘escritório’ (do ingl. OFFICE), *affordar* ‘ter recursos para’ (do ingl. AFFORD) ou *improvar* ‘melhorar’ (do ingl. IMPROVE). Tendo sido a língua colonial em uso em Hong Kong, é compreensível que o inglês tenha tido impacto sobre o português aí falado mas, para além disso, há que considerar, tal como em Macau, o papel do crioulo maquista. Arana-Ward, por exemplo, aborda a questão da descrioulização do maquista entre a comunidade macaense de Hong Kong e nota que, à data da sua recolha de dados, a competência da maioria dos macaenses que contactou se situava «somewhere short of a standard form of Portuguese» (Arana-Ward 1977, 108). A língua portuguesa atualmente falada em Hong Kong carece ainda de pesquisa que defina de forma mais concreta as suas especificidades em relação ao português de Macau e o papel do contacto linguístico no seu desenvolvimento.

## 4.4 Timor

Quando, na segunda metade do século XIX, se desenvolve o interesse pelas particularidades do português de Timor, assistimos a uma série de equívocos na classificação dos modos de falar timorenses (veja-se Baxter/Cardoso no prelo). Alguns autores admitem a coexistência de um ou mais crioulos com o português L1 e L2, outros negam a existência de um crioulo – sendo que a própria definição de «crioulo» é, nestas fontes, bastante variável. Assim, quando, em 1867, o antigo governador da colónia Afonso de Castro refere um «crioulo», parece estar efetivamente a descrever uma ou mais variedades de português L2:

«Têem os timores tão grande facilidade para aprender o malaio, quanta difficuldade para o portuguez, que rarissimos fallam correctamente, e que uma grande parte dos chefes e dos habitantes de Dilly estropiam, fazendo um crioulo, que nos custa quasi tanto a comprehender, como os dialectos timores» (Castro 1867, 328).

Pouco mais tarde, no prefácio a um catecismo em língua tétum publicado pelo padre Aparício da Silva, o bispo de Macau e Timor, D. António de Medeiros, torna a referir a situação do português timorense nos seguintes termos:

«Acceito o que deseja que acceite, porque é com verdadeira emoção que eu vejo os primeiros fructos d'um trabalho a que V. Rev.<sup>ma</sup> se votou dedicadamente ha mais de oito annos, que eu reputo de grande valor para a civilisação dos povos malasios da nossa colonia de Timor, sabendo por experiencia, que recebem mais ideias d'uma pratica em lingua do paiz, que de muitas palestras no algaraviado portuguez d'aquelle paiz» (Aparício da Silva 1885, 7).

Neste caso, tanto pode estar em causa uma forma de português L1 como L2, sendo ainda possível que este «algaraviado» fosse adotado por falantes nativos de português (por exemplo, os padres) para comunicação com os timorenses. Mas parece certo que, então tal como agora, o português era falado sobretudo como L2 em Timor. Por outro lado, é agora claro que Timor assistiu efetivamente ao desenvolvimento de pelo menos uma língua crioula com fortes ligações aos crioulos de base portuguesa do sudeste asiático, o crioulo de Bidau (Baxter 1990), e que aí se estabeleceu também uma significativa comunidade macaense que transplantou o crioulo maquista.

Neste contexto altamente complexo, os dados linguísticos recolhidos carecem de uma interpretação que nem sempre é fácil; os espécimes são curtos e fragmentários, falta muitas vezes informação contextual essencial e, em consequência, as fronteiras entre as diversas modalidades e competências linguísticas esbatem-se. Ainda assim, temos dessa época excertos linguísticos altamente divergentes do português-padrão europeu a muitos níveis, nos quais facilmente se reconhece a influência das línguas timorenses. Esta influência era evidente para os observadores da época; nas palavras de Tancredo do Casal Ribeiro, um dos correspondentes de

Hugo Schuchardt em 1882,<sup>5</sup> «N'este portuguez corrupto que aqui chamam lingua da praça, não fazem mais que dar ao portuguez a construcção da lingua indigena [...]». A título de exemplo, vejamos o que refere um dos textos publicados de que dispomos, saído em 1885:

«Diz-se no *patois* timorense *sol-sube* e *sol-cáe*, correspondendo aquella designação ao lado que o sol nasce e esta ao lado que o sol se põe; por exemplo: nascente chamam *sol-sube*, poente *sol-cáe*» (Vaquinhas 1885, 63).

De acordo com a interpretação de Baxter/Cardoso (no prelo), estes compostos correspondem ao decalque de uma estratégia tipicamente timorense (presente no tétum bem como noutras línguas timorenses) que constrói a referência ao leste com a expressão *lorosae*, literalmente 'sol + sobe', e ao oeste com *loromonu*, literalmente 'sol + cai'.

A difusão da língua portuguesa em Timor, que dependeu em grande medida do aparelho militar e do sistema educativo operado por missionários (Baxter 1996, 312), nunca chegou a ser um fenómeno de massas durante o período colonial. O século XX assistiu a um crescimento tímido da alfabetização em língua portuguesa, intensificado a partir da década de 50 (Hajek 2000; Taylor-Leech 2009), ao mesmo tempo que desapareciam os crioulos falados até então. Posto que instituída ainda no século XIX, a educação teve fraca expressão até à década de 1970, como explica Luís Filipe Thomaz numa obra que inclui ainda uma breve caracterização linguística do português falado pelas classes instruídas de Timor em torno da época da descolonização (Thomaz <sup>2</sup>1990). Algumas particularidades aí apontadas são de ordem lexical – incluindo, por sinal, bastantes lexemas típicos do «português oriental» discutido na secção 4.1. Apontam-se algumas derivações semânticas particulares de palavras portuguesas, como sejam o uso de *morador* para referir um «membro da milícia de um reino nativo, de tropas de segunda linha» (Thomaz <sup>2</sup>1990, 334–335), mas também empréstimos de origem tétum (e.g. *lúlic* 'tabu, objeto sagrado', p. 336), malaia (e.g. *sarão* 'pano de enrolar em torno da cintura', do mal. *sarong*, p. 335) e de outras origens. Ao nível fonético, Thomaz identifica o cancelamento da oposição entre [p] e [f] (e do [b], entre falantes nativos de galoli), a redução do sistema de sibilantes ao segmento surdo [s] e a presença de aspiração – tudo traços atribuídos à transferência de características fonológicas das diversas línguas de Timor. Ao nível morfossintático, registam-se aí fenómenos como a frequente ausência de concordância nominal e ainda a produção de um classificador nominal, demonstrado no exemplo seguinte:

- (6) Português de Timor (Thomaz <sup>2</sup>1990, 337)  
*três pessoas de gente*  
 'três pessoas'

5 Carta manuscrita. *Hugo Schuchardt Archiv* (Universidade de Graz), nr. 01553.

Thomaz não fornece mais dados acerca da distribuição desta construção mas vê no uso de *peessoas* em (6) um classificador modelado pelo tétum. Com efeito, o tétum tem uma série de classificadores que medeiam alguns nomes e um numeral, sendo que todos estes têm também um valor lexical noutros contextos (por exemplo ‘folha’, no caso do classificador usado com objetos finos e achatados, ou ‘semente’, no caso do que se usa com objetos pequenos e redondos) (Williams-van Klinken/Hajek/Nordlinger 2002, 39). De entre todos estes, interessa-nos para o caso *nain*, que tem o significado primário de ‘senhor, dono’ e na sua utilização como classificador ocorre (opcionalmente) com nomes [+HUM] e numerais maiores que um, como em (7):

(7) Tétum (Williams-van Klinken/Hajek/Nordlinger 2002, 39)

*feto nain rua*  
mulher CLS dois  
‘duas mulheres’

É de notar que, neste caso, a proposta influência do tétum sobre o português não implica um empréstimo lexical nem um simples decalque, já que as ordens de palavras de (6) e de (7) diferem consideravelmente (NUM-CLS-N no primeiro caso, N-CLS-NUM no segundo). Trata-se, isso sim, da extensão funcional de um termo português (*peessoa*) com base num elemento funcional tétum (*nain*) mas preservando algumas características sintáticas do português, como sejam a ordem de palavras ou a concordância nominal.

Apesar de estas considerações linguísticas de Thomaz terem sido compostas durante a década de 1980, elas referiam-se ao português falado «nos últimos anos da administração portuguesa» (Thomaz 1990, 313), ou seja, ao período imediatamente anterior a 1975. O período de ocupação indonésia que se lhe seguiu (1975–1999) teve como efeito uma drástica redução do uso da língua portuguesa na sociedade timorense, exceto nos segmentos envolvidos na luta de resistência (Matan Ruak 2001) e em algumas instituições educativas e religiosas. Esta situação inverteu-se quando, em 2002, a nova constituição da nação independente de Timor-Leste consignou o português e o tétum como línguas cooficiais. Em consequência disso, tem-se assistido a uma vaga de difusão da língua portuguesa por via sobretudo do sistema educativo. No censo nacional de 2010, aproximadamente um quarto da população admitia algum conhecimento do português, o que corresponde a um significativo aumento de cerca de 12% em relação ao anterior censo de 2004 (Taylor-Leech 2009; Afonso/Goglia 2015a). Assim, tal como no passado, o português volta a ganhar uma crescente população de falantes L2 sem, contudo, chegar a ocupar o lugar de língua materna de uma grande comunidade.

Este processo de reintrodução do português no domínio público timorense tem sido acompanhado por um grande interesse na sua documentação linguística, em parte porque tal permite observar processos de contacto linguístico em ação. A difusão e apropriação do português não progridem, contudo, de forma equivalente por todo o território e em todos os estratos sociais, ao que acresce o facto de os timorenses serem,



por regra, pelo menos bilingues. Os mais recentes estudos sobre o português de Timor têm, portanto, de lidar com produções extremamente variáveis e flutuantes, refletindo estados diversos de aquisição da língua, o efeito de diferentes estratégias e limitações pedagógicas, etc. Assim, os autores que se dedicam a este assunto tendem a inserir as suas observações no contexto de uma variedade «emergente» (e.g. Albuquerque 2011) ou «em formação» (e.g. Afonso/Goglia 2015a) do português, procurando nas produções linguísticas atuais as sementes do que poderá vir a ser uma variedade nacional estabilizada. Outra proposta (e.g. Albuquerque 2011, 69–71) é a de organizar a variação encontrada em termos de um contínuo de competência linguística que vai do conhecimento mais rudimentar do português como L2 (mais influenciada pelas línguas timorenses) à competência nativa (mais próxima do padrão europeu).

A dimensão do contacto linguístico na perspetiva da aquisição de L2 é portanto inevitável. Com efeito, muitos dos fenómenos linguísticos que têm sido estudados têm a sua raiz precisamente na transferência de características das línguas timorenses faladas pelos aprendentes de português L2 ou nas dificuldades particulares de aquisição motivadas pela ausência de certas características nessas línguas – ainda que este tipo de pesquisa seja por vezes dificultado pela ausência ou insuficiência de descrições para várias das línguas timorenses. Alguns fenómenos que têm sido alvo de investigação nesta perspetiva incluem, entre outros, o uso de *já* pré-verbal como marcador de perfetividade (Batoréo 2010), a desnasalização (Albuquerque 2011), fenómenos de ordem de palavras não-canónica (Albuquerque 2012) ou ainda certas inovações (generalização ou supressão) no uso do clítico *se* (Afonso/Goglia 2015b).

Tal como na transição para o século XX, o debate corrente em torno do papel do contacto tem porém uma outra dimensão que retoma a presença de línguas crioulas no território. Certas características observadas no português timorense atual são remanescentes também dos crioulos do sudeste asiático, incluindo do que se conhece do crioulo de Bidau. Esta circunstância levanta a hipótese de estarmos em presença de retenções dessas línguas (veja-se, por exemplo, Carvalho 2001), o que entra por vezes em competição com explicações apoiadas na influência sincrónica das línguas timorenses. No caso de Timor, mais até do que noutros locais da Ásia, o campo de investigação sobre o português em contacto permanece aberto e em crescimento.

## 5 Referências

- Afonso, Susana/Goglia, Francesco (2015a), *Portuguese in East Timor as a non-dominant variety in the making*, in: Rudolf Muhr/Dawn Marley/em colaboração com Anu Bissoonauth-Bedford/Leo Kretzenbacher (edd.), *Pluricentric Languages: New Perspectives in Theory and Description*, Wien, Lang, 193–205.
- Afonso, Susana/Goglia, Francesco (2015b), *Linguistic innovations in the immigration context as initial stages of a partially restructured variety: Evidence from SE constructions in the Portuguese of the East Timorese diaspora in Portugal*, *Studies in Hispanic and Lusophone Linguistics* 8:1, 1–33.

- Albuquerque, Davi Borges (2011), *O Português de Timor-Leste: contribuições para o estudo de uma variedade emergente*, PAPIA 21:1, 65–82.
- Albuquerque, Davi Borges (2012), *Esboço morfossintático do português falado em Timor-Leste*, Moderna språk 106:1, 1–10.
- Álvares, José Maria da Costa (1909), *Palestras sobre os vícios de linguagem portuguesa mais comuns em Gôa por A. Castro Alves*, vol. 1, Nova Goa, Casa Luso-Franceza.
- Anquetil-Duperron, Abraham Hyacinthe (1786), *Des recherches historiques et géographiques sur l'Inde*, in: Jean Bernoulli (ed.), *Description historique et géographique de l'Inde*, vol. 2, Berlin, Bourdeaux, XI–XII.
- Aparício da Silva, Sebastião M. (1885), *Catecismo da doutrina cristã em Tétum*, Macau, Tipografia do Seminário.
- Arana-Ward, Marie (1977), *A synchronic and diachronic investigation of Macanese: The Portuguese-based creole of Macao*, dissertação de Mestrado, University of Hong Kong.
- Baker, Philip/Mühlhäusler, Peter (1990), *From business to pidgin*, Journal of Asian Pacific Communication 1:1, 87–115.
- Barbosa, Jorge Morais (1969), *A língua portuguesa no mundo*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar.
- Barreiros, Leopoldo Danilo (1943–1944), *O dialecto português de Macau*, Renascimento, número especial.
- Barros, João de (1615), *Quarta década da Ásia: Dos feitos que os Portugueses fizeram no descobrimento, e conquista dos mares, e terras do Oriente*, Madrid, Impressão Real.
- Batalha, Graciete Nogueira (1959), *Estado actual do dialecto macaense*, Revista Portuguesa de Filologia 9, separata.
- Batalha, Graciete Nogueira (1974, 1958), *Língua de Macau: O que foi e o que é*, Macau, Imprensa Nacional de Macau.
- Batalha, Graciete Nogueira (1982), *Língua e cultura portuguesas em Goa: Estado actual*, Macau, Serviços de Educação e Cultura de Macau.
- Batalha, Graciete Nogueira (1990), *Situação e perspectivas do Português e dos Crioulos de origem portuguesa na Ásia Oriental (Macau, Hong Kong, Malaca, Singapura, Indonésia)*, in: *Actas do Congresso sobre a situação actual do português no mundo*, vol. 1, 2.<sup>a</sup> ed., Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 287–303.
- Batalha, Graciete Nogueira (1995), *O Português Falado e Escrito pelos Chineses de Macau*, Macau, Instituto Cultural de Macau.
- Batoré, Hanna J. (2010), *Funções do marcador polissémico «já» no Português de Timor-Leste: Importância do conhecimento da(s) língua(s) materna(s) dos aprendentes do Português L2 no processo de aquisição/aprendizagem da língua não-materna*, in: *Textos seleccionados do XXV Encontro Nacional da APL*, Lisboa, Associação Portuguesa de Linguística, 211–224.
- Baxter, Alan N. (1990), *Notes on the Creole Portuguese of Bidau, East Timor*, Journal of Pidgin and Creole Languages 5:1, 1–38.
- Baxter, Alan N. (1996), *Portuguese and Creole Portuguese in the Pacific and Western Pacific Rim*, in: Stephen A. Wurm/Peter Mühlhäusler/Darrell T. Tryon (edd.), *Atlas of Languages of Intercultural Communication In the Pacific, Asia and the Americas*, vol. 2.1, Berlin/New York, Mouton de Gruyter, 299–338.
- Baxter, Alan N./Cardoso, Hugo C. (no prelo), *Early notices regarding Creole Portuguese in former Portuguese Timor*, Journal of Language Contact.
- Bluteau, Rafael (1728), *Vocabulário Portuguez e Latino*, Coimbra, Colégio das Artes da Companhia de Jesus.
- Bolton, Kingsley (2003), *Chinese Englishes: A sociolinguistic history*, Cambridge, Cambridge University Press.

- Buultjens, Alfred E. (1885), *On some Portuguese words commonly used by the Sinhalese*, The *Orientalist* 2:11–12, 214–218.
- Cardeira, Esperança (2010), *O Português no Oriente e o Oriente no Português*, in: Valeria Tocco (ed.), *L'Oriente nella lingua e nella letteratura portoghese*, Pisa, Edizioni ETS, 81–93.
- Cardoso, Hugo C. (2007), *Linguistic traces of colonial structure*, in: Eric Anchimbe (ed.), *Linguistic identity in postcolonial multilingual spaces*, Newcastle, Cambridge Scholars, 164–181.
- Cardoso, Hugo C. (2009), *The Indo-Portuguese language of Diu*, Utrecht, LOT.
- Cardoso, Hugo C. (2010), *African slave population of Portuguese India: Demographics and impact on Indo-Portuguese*, *Journal of Pidgin and Creole Languages* 25:1, 95–119.
- Cardoso, Hugo C. (2014), *Factoring sociolinguistic variation into the history of Indo-Portuguese*, *Revista de Crioulos de Base Lexical Portuguesa e Espanhola* 5, 87–114.
- Cardoso, Hugo C./Baxter, Alan N./Pinharanda Nunes, Mário (edd.) (2012), *Ibero-Asian Creoles: Comparative perspectives*, Amsterdam/Philadelphia, Benjamins.
- Carvalho, Maria José Albarran de (2001), *Timor Lorosa'e, características das línguas crioulas e do português conservado na zona: contribuição para a língua oficial*, *Studies of Languages and Cultures of East Timor* 4, 20–36.
- Castro, Afonso de (1867), *As possessões portuguesas na Oceânia*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- Chavan, V.P. (1924), *The Konkani and the Konkani language*, *Journal of the Anthropological Society of Bombay* 12:7, 853–917.
- Clements, J. Clancy (2000), *Evidência para a existência de um pidgin português asiático*, in: Ernesto d'Andrade/Maria Antónia Mota/Dulce Pereira (edd.), *Crioulos de Base Portuguesa*, Braga, Associação Portuguesa de Linguística, 185–200.
- Clements, J. Clancy (2009a), *The linguistic legacy of Spanish and Portuguese: Colonial expansion and language change*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Clements, J. Clancy (2009b), *Accounting for some similarities and differences among the Indo-Portuguese creoles*, *Journal of Portuguese Linguistics* 8:2, 23–47.
- Clements, J. Clancy (2014), *Lectal differences in Daman Indo-Portuguese*, *Revista de Crioulos de Base Lexical Portuguesa e Espanhola* 5, 115–156.
- Clements, J. Clancy/Koontz-Garboden, Andrew (2002), *Two Indo-Portuguese Creoles in contrast*, *Journal of Pidgin and Creole Languages* 17, 191–236.
- Coelho, F. Adolfo (1882), *Os dialectos românicos ou neo-latinos na África, Ásia e América; Notas complementares*, *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa* 3.<sup>a</sup> série, vol. 8, 451–478.
- Contador de Argote, Jeronymo (1725), *Regras da lingua portugueza, espelho da lingua latina, ou disposição para facilitar o ensino da lingua latina pelas regras da portugueza*, Lisboa, Officina da Musica.
- Correia, Ana Cristina Rouillé (1998), *A língua portuguesa em Macau: Do passado para o presente: que futuro?*, dissertação de Mestrado, Universidade de Macau.
- Costa, Francisco João da [Gip] (1896), *Jacob e Dulce: Scenas da vida Indiana*, Margão, Tipografia do Ultramar.
- Dal, Nikolaus (1733), *Nachricht von den Portugiesen in Indien*, in: Gotthilf August Francken (publ.), *Drey und dreyßigste CONTINUATION Des Berichts Der Königlichen Dänischen Mißionarien in Ost-Indien/Worin eine Ausfuehrliche Nachricht Von der gantzen Verfassung der Mißion, Wie auch Die Fortsetzung des Tage-Registers vom Jahr 1731. und einige Briefe der Herren Mißionarien enthalten, Nebst einem Anhang Von der Evangelischen Mission zu Madras*, Halle, publ. por Gotthilf August Francken, 917–924.
- Dalgado, Sebastião Rodolfo (1900), *Dialecto Indo-Português de Goa*, *Revista Lusitana* 6, 63–84.
- Dalgado, Sebastião Rodolfo (1913), *Influência do vocabulário português em línguas asiáticas (abrangendo cerca de cinquenta idiomas)*, Coimbra, Imprensa da Universidade.
- Dalgado, Sebastião Rodolfo (1919), *Glossário Luso-Asiático*, Coimbra, Imprensa da Universidade.

- Dalgado, Sebastião Rodolfo (1921), *Berço duma cantiga em Indo-Português*, Revista Lusitana 22, Separata.
- Dias, Filinto Cristo (1981), *Peculiaridades dialectais do português de Goa*, Revista da Academia da Língua e Cultura Portuguesa 1:1, 33–39.
- Diez, Blanca Aurora (1981), *Language change in progress in the Portuguese of Macau*, tese de Doutoramento, Georgetown University.
- Ferreira, Ana Maria P. (2000), *Estrangeiros na Índia no tempo de Afonso de Albuquerque, os anónimos*, Anais de História de Além-Mar 1, 53–58.
- Gaião, Raul Leal (1999), *Aspectos lexicais na obra de autores macaenses*, dissertação de Mestrado, Universidade de Macau.
- Guangren, Yin/Rulin, Zhang (2009), *Breve Monografia de Macau*, edd. Rui Manuel Loureiro/Zhao Chunchen/Jin Guo Ping, Macau, Instituto Cultural.
- Hajek, John (2000), *Towards a language history in East Timor*, Quaderni del Dipartimento di Linguistica – Università di Firenze 10, 213–227.
- Hajek, John/Williams-van Klinken, Catharina (2003), *Um sufixo românico numa língua austronésia: «-dor» em Tétum*, Revue de Linguistique Romane 67, 55–65.
- Hall Jr., Robert A. (1944), *Chinese Pidgin English grammar and texts*, Journal of the American Oriental Society 64, 95–113.
- Hamilton, Alexander (1727), *A new account of the East Indies, being the observations and remarks of Capt. Alexander Hamilton, who spent his time there from the year 1688 to 1723, trading and travelling, by sea and land, to most of the countries and islands of commerce and navigation, between the Cape of Good-Hope, and the Island of Japon*, Edinburgh, Mosman.
- Holm, John A. (1989), *Pidgins and Creoles*, vol. 2, Cambridge, Cambridge University Press.
- Jayasuriya, Shihan S./Pankhurst, Richard (edd.) (2003), *The African Diaspora in the Indian Ocean*, New Jersey, Africa World Press.
- Jin Guo Ping (1987), *Alguns dados sobre léxico chinês de origem portuguesa e lexicografia sino-portuguesa e vice-versa*, in: *Congresso sobre a situação actual da língua portuguesa no mundo – Actas*, vol. 2, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 361–379.
- Jones, Russell (gen. ed.)/Grijns, C.D./de Vries, Jan W. (edd.) (2007), *Loan-words in Indonesian and Malay*, Leiden, KITLV.
- Kim, Tai Whan (1976), *The Portuguese element in Japanese: a critical survey with glossary*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra/Instituto de Estudos Românicos.
- Knowlton Jr., Edgar C. (1960), *Portuguese in Hawaii*, Kentucky Foreign Language Quarterly Review 7, 212–218.
- Knowlton Jr., Edgar C. (1967), *Pidgin English and Portuguese*, in: Frederick S. Drake (ed.), *Proceedings of the Symposium on historical, archaeological and linguistic studies on Southern China, Southeast Asia and the Hong Kong Regions*, Hong Kong, University of Hong Kong Press, 228–237.
- Leite de Vasconcelos, José (1901), *Esquisse d'une dialectologie portugaise*, Paris, Aillaud & Cie.
- Li, Michelle/Matthews, Stephen (2016), *An outline of Macau Pidgin Portuguese*, Journal of Pidgin and Creole Languages 31:1, 141–183.
- Lima, Edward de (2014), *Influence of Portuguese vocabulary on Konkani language*, Porvorim, Vikram Publications.
- Lopes, David (1907), *Cartas de Raja Singa rei de Candia aos Hollandezes*, Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, separata.
- Lopes, David (1936), *A Expansão da Língua Portuguesa no Oriente nos Séculos XVI, XVII e XVIII*, Barcelos, Portucalense Editora.
- Loureiro, Rui Manuel (1992), *Ásia*, in: António Luís Ferronha (ed.), *Atlas da língua portuguesa na história e no mundo*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 91–119.

- Matan Ruak, Taur (2001), *A importância da língua portuguesa na resistência contra a ocupação indonésia*, Camões – Revista de Letras e Culturas Lusófonas 14, 40–41.
- Matthews, Stephen/Li, Michelle (2012), *Portuguese pidgin and Chinese Pidgin English in the Canton trade*, in: Hugo C. Cardoso/Alan N. Baxter/Mário Pinharanda Nunes (edd.), *Ibero-Asian Creoles: Comparative perspectives*, Amsterdam/Philadelphia, Benjamins, 263–287.
- Maurer, Philippe (2011), *The former Portuguese Creole of Batavia and Tugu (Indonesia)*, London, Battlebridge.
- Miranda, Rocky V. (2001), *Portuguese influence on Konkani syntax*, in: Anvita Abbi/R.S. Gupta/Ayesha Kidwai (edd.), *Linguistic Structure and Language Dynamics in South Asia*, Delhi, Motilal Banarsidass, 48–61.
- Nell, Louis (1888–1889a), *An explanatory list of Portuguese words adopted by the Sinhalese*, *The Orientalist* 3, 41–56.
- Nell, Louis (1888–1889b), *The archaeology of Ceylon Eurasian gastronomy*, *The Orientalist* 3, 160–167.
- Noble, Charles F. (1762), *A Voyage to the East Indies in 1747 and 1748*, London, Becket/Dehondt.
- Noronha, Manuel António/Chaplin, Ian (2012), *A Survey of Portuguese Language Allegiance among the Macanese and the Macanese Diaspora*, *Portuguese Studies Review* 20:1, 113–135.
- Orta, Garcia de (1563), *Colóquios dos simples e drogas he cousas medicinais da Índia e assi dalgũas frutas achadas nella onde se tratam algũas cousas tocantes a medicina, pratica, e outras cousas boas pera saber*, Goa, João de Endem.
- Paiva Boléo, Manuel de (1974), *O estudo das relações mútuas do português e do espanhol na Europa e na América, e influência destas línguas em territórios da África e da Ásia*, in: *Estudos de Linguística Portuguesa e Românica*, vol. I [Dialectologia e História da Língua], Coimbra, Biblioteca Geral, 355–398.
- Perera, Simon Gregory (1922), *Portuguese influence on Sinhalese speech*, *Ceylon Antiquary and Literary Register* 8, 45–60.
- Pinto, Jeanette (1992), *Slavery in Portuguese India (1510–1842)*, Bombay, Himalaya Publishing House.
- Pissarra, José Virgílio A. (2002), *Chaul e Diu: 1508 e 1509*, Lisboa, Tribuna.
- Quadros, Jeronymo (1899), *Diu, apontamentos para sua historia e chorographia*, Nova Goa, Tipographia Fontainhas.
- Reinecke, John (1969), *Language and dialect in Hawaii: A sociolinguistic history to 1935*, Honolulu, University of Hawaii Press.
- Reinecke, John/Tokimasa, Aiko (1934), *The English dialect of Hawaii*, *American Speech* 9, 48–58; 122–131.
- Sardessai, Manohar L. (1983), *The Portuguese influence on Konkani*, *Journal of South Asian Literature* 18:1, 155–158.
- Schuchardt, Hugo (1891), *Kreolische Studien IX. Über das Malaioportugiesische von Batavia und Tugu*, *Sitzungsberichte der Kaiserlichen Akademie der Wissenschaften in Wien, Philosophisch-Historische Klasse* 122, 1–256.
- Siegel, Jeff (2000), *Substrate influence in Hawai'i Creole English*, *Language in Society* 29, 197–236.
- Siegel, Jeff (2008), *The emergence of pidgin and creole languages*, Oxford, Oxford University Press.
- Smith, Stefan Halikowski (2011), *Creolization and diaspora in the Portuguese Indies: The social world of Ayutthaya, 1640–1720*, Leiden, Brill.
- Subrahmanyam, Sanjay (1993), *The Portuguese empire in Asia, 1500–1700: A political and economic history*, New York/London, Longman.
- Taylor-Leech, Kerry (2009), *The language situation in Timor-Leste*, *Current Issues in Language Planning* 10:1, 1–68.

- Thomaz, Luís Filipe F.R. (2019), *A língua portuguesa em Timor*, in: *Actas do Congresso sobre a situação actual do português no mundo*, vol. 1, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 313–339.
- Thomaz, Luís Filipe F. R. (2015), *De l'autre côté du monde: langues véhiculaires et communication interethnique dans l'Océan Indien à l'époque de la découverte portugaise*, *Mélanges de la Casa de Velázquez. Nouvelle Série* 45:1, 113–131.
- Tomás, Maria Isabel (1992), *Os Crioulos Portugueses do Oriente: Uma Bibliografia*, Macau, Instituto Cultural de Macau.
- Tomás, Maria Isabel (2008), *A viagem das palavras*, in: Mário Ferreira Lages/Artur Teodoro de Matos (edd.), *Portugal, Percursos de Interculturalidade*, vol. 3, Lisboa, ACIDI, 431–485.
- Vaquinhas, José dos Santos (1885) *Timor*, *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa* 5.ª série, vol. 1, 61–64.
- Wheritt, Irene (1985), *Portuguese language use in Goa, India*, *Anthropological Linguistics* 27:4, 437–451.
- Wheritt, Irene (1989), *Portuguese language shift: About Town in Goa, India*, *Hispania* 72:2, 385–391.
- Williams-van Klinken, Catharina/Hajek, John/Nordlinger, Rachel (2002), *Tetun Dili: A grammar of an East Timorese language*, Canberra, Pacific Linguistics.
- Yule, Henry/Burnell, Arthur C. (1886), *Hobson-Jobson: Being a glossary of Anglo-Indian words and phrases, and of kindred terms; etymological, historical, geographical, and discursive*, London, Murray.